

## CRONOLOGIA DOS FATOS

Desde que a espécie humana pisou no planeta, nos primórdios dos tempos, ela começou a mexer com a natureza, de algum modo. Durante alguns milênios, este impacto não foi considerável por 2 motivos:

- População mundial era bem menor do que é hoje (tribos primitivas);
- Os resíduos/rejeitos humanos gerados eram apenas orgânicos, fáceis de serem absorvidos e transformados pela terra, vegetações, ar e cursos d'água. Não havia, ainda, industrialização e produtos, ou substâncias químicas artificiais, criadas pelo homem, que pudessem demorar muitos anos, ou séculos, p/ se decompor no meio natural.

Há um consenso, entre os historiadores, de que foi a partir da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, que começaram a surgir, de verdade, os problemas de degradação ambiental. A madeira e o carvão vegetal (recursos naturais renováveis) eram os combustíveis das indústrias, alimentando fornos e maquinários, mas que geravam grande poluição do ar quando saíam pelas chaminés (na época, sem tecnologia p/ uso de filtros). Em um 1º momento, estes danos ambientais foram restritos à Inglaterra, país que iniciou este movimento industrial por já possuir uma riqueza econômica conquistada pelo movimento mercantilista (acúmulo de metais preciosos, ou através do comércio marítimo, ou através da exploração das recém conquistadas colônias nos continentes americano e africano).

Especificando estes problemas de agressão ambiental: poluição do ar, da água e do solo (estes, descobertos mais tarde, pelo que conhecemos como passivo ambiental), que começaram a ter maiores proporções, prejudicando, de fato, a qualidade de vida do povo europeu (Inglaterra, Bélgica, Itália, França, Alemanha e Rússia antes da URSS – as primeiras nações a se industrializar, incluindo os EUA e Japão).

Passando-se os anos e entrando no século XX, surgiram graves acidentes ambientais decorrentes da industrialização, com mortes de parcela da população e danos quase irreversíveis aos ecossistemas naturais, tais como:

- 1930 – Vale do Meuse (Bélgica);
- 1948 – Nonora (Pensilvânia - EUA);
- 1950 – Poza Rica (México);
- 1952 – Londres (Inglaterra);

Todos estes acidentes foram decorrentes da poluição do ar.

Outros desastres merecem um triste destaque:

- 1956 – Minamata (Japão - população contaminada por mercúrio);
- 1976 – Seveso (Itália – contaminação do ar por dioxina);
- 1984 – Vila Socó – Cubatão/SP – Brasil (gasolina contaminou manguezal);
- 1984 – Bhopal (Índia – 40 toneladas de gases tóxicos no ar);
- 1986 – Chernobyl (hoje Ucrânia – ex URSS – enorme acidente nuclear);
- 1989 – Alaska (acidente petrolífero do navio Exxon Valdez);

É bom que se diga: após a Revolução Industrial surgiu uma diversidade de substâncias e materiais que não existiam na natureza, e passaram a ser depositadas, ou mesmo descartadas irregularmente, de forma crescente em terrenos desocupados, rios e mares. Em alguns casos, a comunidade científica levou anos, até décadas, p/ descobrir os efeitos nocivos destas ações, no meio ambiente e na saúde humana (passivo ambiental). Exemplo: Minamata – Japão

Estes foram apenas alguns dos graves acidentes ambientais do século XX no mundo. Atualmente, século XXI, no ano de 2015, aqui no Brasil, não pode deixar de ser mencionado o pior acidente ecológico, já registrado, do país: a tragédia no município de Mariana/MG (distrito de Bento Rodrigues), onde uma barragem que continha rejeitos de mineração rompeu-se, causando danos irreversíveis aos ecossistemas local e regional, com repercussões socioeconômicas negativas na população do entorno e locais mais distantes também (estado do Espírito Santo – encontro do Rio Doce com o mar).



Rio Doce: antes e depois



Lama devastou muitas casas

Voltando um pouco na cronologia dos fatos, no ano de 1962 foi lançado o livro “Primavera Silenciosa”, nos EUA, considerado um marco do início de uma conscientização ambiental em nível mundial. Este livro provava, através de uma visão científica, que foi através do pesticida DDT, usado nas lavouras dos EUA, que vários pássaros haviam sumido dos campos norte americanos. Em função disso, ONGs (Organizações não Governamentais) ambientalistas começaram a nascer neste período, nos EUA e em outros

países, com o objetivo de proteger a natureza em todas suas esferas (reinos mineral, vegetal e animal), e conseqüentemente, proteger a vida humana também.

Na década de 60, também, o movimento hippie nasceu nos EUA, fundando as primeiras comunidades alternativas, mas que ainda não tinham uma preocupação ecológica fundamentada, pois eram nômades. Inicialmente, os hippies só queriam romper com o poder capitalista dominante, propondo sociedades igualitárias e não violentas. A partir da década de 70, surgiu na Austrália a Permacultura e, dentro desta concepção, as Ecovilas, estas sim, comunidades permanentes com propostas de vida fundamentadas no cuidado e conservação da natureza, além de valores éticos e morais definidos. Resumindo: organizando a bagunça do movimento hippie, mas sem perder sua essência de paz e de se conceber sociedades livres de quaisquer tipos de exploração econômica (classes sociais dominantes e dominadas).

Retornando ao assunto do citado livro, há historiadores e pesquisadores que não concordam com a tese de que surgiu uma preocupação mundial, com as questões ambientais, em função do lançamento desta obra. Para eles, não estava ainda definido o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Esta definição, segundo eles, só foi começar a tomar corpo a partir de 1968, após a Conferência da Biosfera, realizada em Paris e organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas p/ Educação, Ciência e Cultura), cuja fundação deu-se após o fim da 2ª Guerra Mundial. Durante esta Conferência, foi elaborado um importante documento, o Relatório Meadows, conhecido como Relatório do Clube de Roma, que propunha crescimento econômico zero aos países, influenciando, de maneira decisiva, o debate na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia), 4 anos mais tarde.

O Clube de Roma foi composto por cientistas, industriais e políticos, vindos de 10 países, que objetivaram discutir e analisar os limites do crescimento econômico, levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. Detectaram que os maiores problemas eram: industrialização acelerada, rápido crescimento demográfico, escassez de alimentos, esgotamento de recursos não renováveis e deterioração do meio ambiente. Tinham uma visão ecocêntrica e concluíram que o grande problema estava na pressão da população sobre a natureza. Em 1972 o Clube de Roma, liderado por Dennis Meadows (cientista norte americano), encomendou, ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), o relatório intitulado "Os Limites do Crescimento". Neste estudo, fazia-se uma projeção para cem anos, sem levar em conta o progresso tecnológico e a possibilidade de descoberta de novos materiais.

Neste mesmo ano, no mês de junho, em Estocolmo (Suécia), houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Ocasão esta em que mais de 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não governamentais estiveram representados. Foram abordados temas como a chuva ácida e o controle da poluição do ar, dentre outros, produzindo o documento nomeado "Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano". Sem dúvida, foi a 1ª Reunião Mundial, podemos assim denominar, que tratou seriamente e efetivamente das questões ambientais. Prova disso foi que, a partir desta Conferência, alguns países começaram a adotar medidas concretas de controle ambiental (filtros em chaminés de fábricas, índices legislativos de emissão de poluentes, dentre outros). Mas o fato que realmente marcou este Evento de grande magnitude foi a disputa do "desenvolvimento zero", defendido pelos países desenvolvidos, e o "desenvolvimento a qualquer custo", defendido pelas nações subdesenvolvidas. Estas, por sua vez, não aceitavam, em hipótese nenhuma, a ideia de cessarem seus respectivos desenvolvimentos industriais, medida que afetaria profundamente, e negativamente, suas economias, em troca do respeito ao meio ambiente.

Nesta sequência, vale citar como se iniciou o processo de licenciamento ambiental, em nível internacional e nacional. Estabeleceu-se alguns instrumentos de avaliação de impactos ambientais no tocante a execução de determinadas atividades e empreendimentos de grande porte. Na década de 1960 ficou estabelecido, globalmente, que estes instrumentos deveriam ter características técnicas mínimas, regulamentadas pelo poder público, e precisariam ser expressos em um documento acessível aos segmentos da sociedade interessados nas etapas do licenciamento ambiental (obra em questão).

Dentro deste contexto, aqui no Brasil em 1981, foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, fazendo surgir os primeiros parâmetros de avaliação de impactos ambientais.



Em 1986, após cinco anos de dificuldade no diálogo entre as partes sociais envolvidas no licenciamento, o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) definiu como deve ser, através de uma Resolução, a operacionalização desta avaliação ao criar dois tipos de documentos: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), definindo no que consiste cada um deles e estabelecendo a relação das atividades empreendedoras para as quais suas exigências são obrigatórias, tais como: usinas hidrelétricas, postos de combustíveis, ferrovias, portos, aterros sanitários, aeroportos, oleodutos, indústrias, dentre outras.

Voltando nas questões ambientais em âmbito mundial, em 1983 a Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) cria a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), cujo intuito era pesquisar, mais minuciosamente, as melhores formas de se explorar economicamente a natureza, produzindo o menor impacto possível sobre ela, e ao mesmo tempo atendendo os mercados consumidores. Nesta época, o conceito de Desenvolvimento Sustentável já era bem mais presente entre as populações e os líderes mundiais, incluindo até alguns países ditos subdesenvolvidos, lugares onde alguns graves acidentes ambientais já haviam ocorrido.

Uma das medidas concretas, após a criação da CNUMAD, foi a assinatura e execução do Protocolo de Montreal, um tratado feito internacionalmente com o objetivo de cessar e substituir o uso dos CFCs e de outras substâncias que contribuíam para a destruição da camada de ozônio (uma porção da atmosfera da Terra). O tratado ficou aberto para adesão a partir do dia 16 de setembro de 1987, e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1989. Mais de 150 países aderiram ao protocolo e estipulou-se em 10 anos, o prazo, para que as citadas substâncias diminuíssem de forma significativa ou desaparecessem da camada de ozônio, preferencialmente.

Em 1988, surgiu o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), criado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Este órgão foi o primeiro mecanismo de caráter científico, tendo como intenção alertar o mundo sobre o aquecimento do planeta. Em 1990, o IPCC produziu seu 1º relatório oficial.

Em 1992, aconteceu a ECO 92, no Rio de Janeiro/RJ, que foi o encontro da CNUMAD – Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - 20 anos após a Conferência de Estocolmo. Desse encontro foram assinados cinco documentos que direcionariam as discussões sobre meio ambiente nos anos seguintes:

- Agenda 21 (com ações locais / municipais, regionais e nacionais);
- Convênio sobre a Diversidade Biológica;
- Convênio sobre as Mudanças Climáticas;
- Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas e
- Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento.



Nesta sequência cronológica de ações mundiais, visando um crescimento econômico sustentável, surgiram as COPs (Conferência das Partes), que são os encontros dos países que assinaram dois acordos na ECO 92; um sobre a biodiversidade e outro sobre as mudanças climáticas. As COPs sobre diversidade biológica são realizadas bianualmente, e as COPs sobre mudanças climáticas são realizadas anualmente. Estas últimas, com o objetivo de revisar acordos, metas e prazos estabelecidos no cumprimento de tratados internacionais relacionados à emissão de gases poluentes na atmosfera. A COP 1 sobre mudanças climáticas ocorreu em 1995, em Berlim (Alemanha) e vem acontecendo, anualmente, até hoje.

É de relevada importância dizer que na COP 3, realizada em Kyoto (Japão) em 1997, foi criado o Protocolo de Kyoto. Esse documento foi importante por ter sido o primeiro acordo oficial com metas e prazos para reduzir as emissões de gases ocasionadores do efeito estufa. O documento estabeleceu diferenças entre países desenvolvidos – que tinham metas obrigatórias de redução, por serem considerados os principais responsáveis pelos gases emitidos nos últimos dois séculos - e aqueles em desenvolvimento e de industrialização recentes, entre os quais o Brasil, a China e a Índia, que se comprometiam a adotar medidas sem metas preestabelecidas. No entanto, essa diferenciação de compromissos levou à contestação dos Estados Unidos (segundo maior poluidor do mundo), Canadá, Rússia e Japão, que ficaram de fora do protocolo, o que enfraqueceu o acordo.

Entrando nos inícios do 3º milênio e do século XXI, poucas soluções, para os já citados problemas ambientais, foram executadas. Vale aqui, ainda dizer, da realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio + 10, ocorrida em 2002 na África do Sul, em Johannesburgo. Esse evento reuniu representantes de 189 países, além da participação de centenas de Organizações Não Governamentais (ONGs). Um dos poucos resultados positivos foi referente ao abastecimento de água. Os países concordaram com a meta de reduzir pela metade, o número de pessoas que não têm acesso à água potável nem a saneamento básico até 2015, algo que, em termos gerais, não ocorreu.

Finalizando este item, “**Cronologia dos Fatos**”, podemos dizer que enquanto não houver algumas concessões de caráter econômico, tanto por parte dos países mais desenvolvidos, quanto por parte dos menos desenvolvidos, medidas efetivas de controle e remediações ambientais continuarão sendo apenas faladas da boca p/ fora.

Dinheiro público continuará sendo gasto por governantes, em viagens a Eventos Globais Ambientais (fazendo subir a pegada ecológica deles), apenas p/ “cumprir” protocolos formais internacionais, mas que de valor prático estes não têm nada. Enquanto isso, os reinos mineral, vegetal e animal (incluindo o “bicho homem”) permanecerão pagando um alto preço, com severa diminuição em suas qualidades de vida, aguardando o desfecho da briga de gato e rato entre representantes egocêntricos de nações ... totalmente sem noção ... de que a vida é muito mais importante que status econômico e interesses próprios de se perpetuarem no poder.

Ter mais dinheiro não significa, necessariamente, ter mais **qualidade de vida**.

